

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

JORNAL DIÁRIO DA SERRA
Propriedade da **AJOTA**
ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16
ISSN 22386467

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes Homsí (DRT-MT 1302)

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos
para o **whatsapp** do **DIÁRIO DA SERRA**
(65) 3326-4724 

www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br



DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA
SERVIÇOS GRÁFICOS
E. Tormes e Cia. LTDA
CNPJ: 14.048.123/0001-07
CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
Fone: (65) 3326-4724

ENDEREÇO: Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque
Mansões - 78302-028 Tangará da Serra-MT
Fundado em 11 de novembro de 1996
Edição online desde 06 de setembro de 1997

TIRAGEM:1 MIL EXEMPLARES
CIRCULAÇÃO: Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenápolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE:   /jornalds
(65) 3326-4724 

CURTAS//

CONCURSO

A reitora da UFMT, Marluce Souza e Silva, afirma que o déficit de servidores para atender a demanda atual dos cursos na instituição é de pelo menos 300 profissionais, sem contar a projeção de expansão do campi e da oferta de cursos. Atualmente, a UFMT conta com cerca de 1.600 docentes e 1.200 servidores técnico-administrativos.

DÉFICIT

Para atender às necessidades dos cursos atuais, a reitora estima que será preciso abrir pelo menos 200 vagas para servidores técnico-administrativos e cerca de 100 vagas para servidores docentes. “O que é necessário fazer é fortalecer o grupo”. Ainda não há previsão de um novo concurso, mas o diálogo deve ser feito nos próximos meses com o MEC.

UFMT

A UFMT possui campus em Cuiabá, Pontal do Araguaia, Barra do Garças e Sinop. A instituição está na fase de conclusão do campus de Várzea Grande e uma nova unidade em Lucas do Rio Verde. Além disso, a reitora afirma que há demandas importantes de novos cursos, como da área da tecnologia e da odontologia, o que aumentará a necessidade de concursos.

ARTIGO//

Fusões partidárias e a sobrevivência política

O cenário político brasileiro está em constante transformação, impulsionado por uma série de fatores, incluindo a crescente polarização ideológica e a busca pela sobrevivência política. A mais recente onda de fusões, incorporações e federações partidárias é uma resposta direta à cláusula de barreira, instituída pela Emenda Constitucional nº 97/2017. A cláusula de barreira, que exige um desempenho mínimo nas eleições gerais para acesso integral aos recursos públicos e ao tempo de propaganda, tem forçado partidos menores a buscar alternativas para garantir sua sobrevivência. A exigência, que em 2023 era de 2% dos votos válidos em nove estados ou a eleição de onze deputados federais, aumentará para 3% dos votos e 13 deputados em 2026. Essa mudança tem gerado uma crise partidária, com legendas menores buscando alianças estratégicas para evitar o desaparecimento. Ao mesmo tempo,

a polarização entre direita e esquerda dificulta a competitividade dos partidos de centro, que perdem espaço nas eleições e na representação parlamentar. Diante desse cenário, as federações partidárias surgem como uma alternativa interessante. Diferente das fusões e incorporações, onde um partido é absorvido por outro, as federações permitem que duas ou mais siglas atuem juntas por pelo menos quatro anos, mantendo formalmente suas identidades. No entanto, essa união impõe desafios internos às legendas associadas. Algumas federações já foram formalizadas, como a aliança de centro-direita entre PSDB e Cidadania, a movimentação para fortalecer a esquerda com PT, PV e PCdoB, e a união de siglas ideologicamente próximas como PSOL e Rede. Entretanto, as últimas notícias veiculadas, demonstram que os partidos não ficaram satisfeitos com essas alianças, demonstrando, inclusive, mostras que não terão continuidade para as eleições de 2026. Agora a possível fusão do PSDB com PSD ou MDB é um dos temas mais polêmicos do momento. O PSDB, que já teve grande protagonismo na política brasileira, enfrenta uma crise de identidade e sobrevivência. A fusão, se confirmada, pode decretar o fim de um dos

partidos mais tradicionais do país. Outros partidos também buscam fusão e incorporação, como União Brasil, Republicanos e PP, que podem formar a maior bancada no Congresso, e Solidariedade e Avante, que buscam manter o acesso ao fundo partidário. Essa reconfiguração do cenário político já levou à extinção de partidos históricos, como o PTB, que foi recentemente incorporado ao Patriota, e o PCB, que luta para se manter relevante. A cláusula de barreira, que visa impedir a criação de partidos artificiais, pode ter um efeito colateral negativo, eliminando siglas com história e relevância, e concentrando ainda mais o poder nas mãos de grandes legendas. O futuro da política brasileira é incerto, mas é inegável que estamos diante de uma nova era para os partidos políticos. A busca pela sobrevivência, a polarização ideológica e a reconfiguração do cenário partidário são fatores que moldarão o futuro da democracia no Brasil.

Carlos Hayashida é analista político, advogado e vice-presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/MT.



GOVERNO DÁ 60 DIAS PARA ENCERRAMENTO DE MERCADINHOS EM PRESÍDIOS

O Governo do Estado publicou um decreto dando um prazo de 60 dias para o encerramento das atividades de todos os mercadinhos montados dentro das unidades prisionais de Mato Grosso. O decreto, com data do dia 7, foi publicado no Diário Oficial do Estado nesta segunda-feira, 10.

“Os responsáveis pelo funcionamento das estruturas denominadas como cantinas, mercadinhos e similares, existentes nas unidades penais de Mato Grosso, deverão, no prazo máximo de 60 (sessenta dias), providenciar todas as ações necessárias para garantir o encerramento administrativo, financeiro e/ou contábil de suas atividades”, diz trecho do decreto.

Existe a suspeita de que parte dos mercadinhos era controlada por facções criminosas.

O decreto informa ainda que encerrado o prazo de 60 dias, todos equipamentos e mercadorias existentes serão incorporados pela administração pública e destinado a uso nas unidades penais ou instituições sociais.

O Governo do Estado, por meio da Sejus declarou que tem adota-



FOTO: DIVULGAÇÃO

do uma política rigorosa e organizada para garantir o fornecimento adequado de materiais de higiene e limpeza às unidades do sistema penitenciário.

O fornecimento desses produtos é realizado por meio de processos licitatórios, como os pregões eletrônicos n.º 083/2024 e n.º 079/2024, que garantem a aquisição de itens de higiene pessoal e produtos de limpeza. Esses contratos abrangem não apenas o sistema penitenciário, mas também atendem outras forças de segurança pública.

A distribuição é realizada de forma equitativa, considerando o número de internos em cada unidade prisional.